Imagens da Educação

# FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO CANOAS – CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR

http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i1.32286

**Micheli Tassiana Schmitz***
**André Paulo Castanha****

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Francisco Beltrão. micheli_schmitzz@hotmail.com
** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Francisco Beltrão. andrecastanha66@gmail.com

**Resumo**
O presente artigo discute as contradições presentes nas políticas de fechamento de escolas do campo, justificadas pelo economicismo, sem levar em conta as consequências para os estudantes e para as comunidades onde a escolas fechadas se localizavam. Para tanto, foram colhidos dados sobre o fechamento de escolas no Brasil e no Paraná. Realizamos uma investigação em relatórios finais, atas, Projetos Político-Pedagógicos e documentos da Escola Estadual do Campo Canoas, localizada no município de Cruzeiro do Iguaçu – PR, desde sua criação até 2012, quando teve suas atividades encerradas. Além disso, para compreender o impacto do fechamento dessa escola, realizamos entrevistas com membros da comunidade da Escola Canoas, funcionários, alunos e autoridades que ocupavam cargos públicos no período do fechamento da referida escola. A análise dos dados leva-nos a constatar certo descaso com o povo e a educação do campo, tendo em vista que esta escola, assim como tantas outras, foi fechada sem que a comunidade estivesse de acordo com isso, fazendo com que os sujeitos daquele local fossem obrigados a frequentar escolasda cidade que não têm a preocupação com a identidade cultural dos sujeitos que vivem no campo.
**Palavras-chave:** fechamento de escola, escola do campo, Escola Estadual Canoas.

**Abstract: Field school closure: field of State School case Canoas – Cruzeiro do Iguaçu – PR.** This article discusses the contradictions present in the policies of the closing of field schools, justified by economism, without regard to the consequences for the students and the communities where the schools are located closed. Therefore, data were collected on the closure of schools in Brazil and in Paraná and to demonstrate in practice that process, we conducted an investigation in the final reports, minutes, PPP and documents of the State Field Canoas School located in Cruzeiro do Iguaçu – PR, from its creation until 2012, when it had closed its activities. Furthermore, to understand the impact of that school closure we conducted interviews with members of Canoas community, staff, students and officials who held public office in the school closure period. Analysis of the data leads us to observe certain disregard for the people and the education field, given that this school, like many others, was closed without the community was accordingly, making the subjects from that site were/are required to attend a school in the city, which had/has no concern with the cultural identity of the persons living in the countryside.
**Keywords:** school closure, school field, State School Canoas.

## Introdução

As escolas do campo são instituições que buscam atender às necessidades das pessoas que vivem e trabalham na zona rural, e visam a garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Para tanto, essa proposta educativa deve ser entendida como uma

estratégia de desenvolvimento para o campo, que busca formar sujeitos que continuem vivendo na área rural, mas com maior qualidade de vida, tornando sujeitos críticos e autônomos em suas decisões, e tendo em vista que o campo não é apenas um lugar de produção, mas lugar de vida, cultura e conhecimento. Há, porém, uma contradição latente em nossa sociedade, que é a política de fechamento das escolas do campo, justificada pelo economicismo, utilizando a prática da nuclearização de escolas e/ou da oferta de transporte escolar, para que os alunos estudem em escolas urbanas, mesmo que tal justificativa seja pouco embasada, mas tendo em vista que, muitas vezes, o gasto com transporte é alto. A nuclearização não diminui gastos, como argumentam os representantes dos poderes públicos para justificar o fechamento das escolas. Tal fato revela que há interesse para que a educação do campo não se concretize. Mesmo sabendo das consequências do fechamento para os estudantes e para as comunidades afetadas, parece que os governantes não se sensibilizam, e muitas escolas do campo continuam sendo fechadas em todo o Brasil. Tal realidade cumpre o papel de silenciar os povos do campo, anular a luta dos movimentos sociais, desarticular as organizações que presam pelos sujeitos que vivem no campo, como são os casos das cooperativas e associações.

Quem reside na zona rural encontra dificuldade em se firmar como sujeito social e herdeiro da cultura camponesa. A precariedade da oferta de educação, aliada a fatores internos, como a própria desvalorização da cultura camponesa, muitas vezes, tem contribuído para ampliar as dificuldades das pessoas que vivem no campo, produzindo impactos negativos na dinâmica social e populacional.

Após muitas lutas, alguns avanços foram conquistados na educação do campo, por exemplo, reconhecer uma escola como 'do campo', a partir das características de seu alunado, tendo em vista que, antes era necessário que a escola estivesse localizada em um município com no máximo cinco mil moradores para ser considerada do campo. Atualmente, essa sistemática mudou, sendo adotado o critério de 50% +1 do alunado da escola originário da zona rural. Tal fator determina se a escola é do campo ou é urbana. Outro avanço importante ocorreu com a aprovação da Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que determina a necessidade de realização de análise que diagnostica sobre o impacto do fechamento da escola para a sua comunidade, bem como garante a manifestação da comunidade escolar antes que isso aconteça. Desse modo, pretende-se aumentar o grau de exigência para que uma escola seja fechada. Certamente a luta para a manutenção das escolas do campo em atividade ainda será árdua.

Segundo Caldart (2012), as escolas localizadas na zona rural têm enfrentado várias barreiras para se constituírem como instituições que oferecem educação de qualidade. Entre essas barreiras, o autor destaca:

> [...] a ampliação da educação infantil, do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio para os sujeitos do campo; a luta contra o fechamento das escolas do campo; o investimento na formação inicial e continuada de educadores do campo; a construção de materiais didáticos contextualizados e a implementação de metodologias ativas e participativas; o investimento na formação dos gestores das escolas do campo; a implementação da pedagogia da alternância nas escolas do campo, referenciando-a em documentos oficiais (planos municipais e estaduais de educação); a constituição de coordenações de Educação do Campo no âmbito das secretarias municipais e estaduais de Educação; a institucionalização de diretrizes de Educação do Campo no âmbito dos planos municipais e estaduais de Educação; e a abertura de concursos públicos específicos (Caldart, 2012, p. 144-145).

Tais barreiras demonstram que há pouca preocupação em relação às especificidades das escolas e do povo do campo em termos de políticas públicas. Se não há essa preocupação, logo podemos perceber que o fechamento de escolas localizadas na zona rural torna-se algo simples, naturalizado pelas políticas públicas vigentes. Tal prática vem ao encontro do desenvolvimento do campo pelo viés do agronegócio, cujo interesse em um campo esvaziado, sem pessoas, sem cultura, e desse modo, sem educação.

Apesar da articulação dos movimentos sociais e realização de conferências nacionais, como o *Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária* (Enera), *Fórum Nacional de Educação do Campo* (Fonec); e, paranaenses, como as *Conferências Estaduais por*

*uma Educação do Campo*, e os *Simpósios e Seminários de Educação do Campo*, os quais buscaram refletir sobre a educação e se manifestam contrários ao fechamento de escolas, a realidade ainda nos mostra que muitas escolas têm sido fechadas e muitas outras funcionam sob a ameaça do fechamento. É preciso travar lutas cotidianas contra o fechamento e, mesmo assim, inúmeras vezes, turmas são fechadas, devido à quantidade de alunos matriculados naquele ano em determinada série/ano.

Como forma de refletir sobre esse descaso, em relação à educação do campo, realizamos uma investigação do processo de fechamento da Escola Estadual do Campo Canoas, mediante a coleta de dados quantitativos em relatórios finais anuais dos anos de 1981 a 2010[1] dos alunos que frequentaram de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Tais documentos foram consultados na secretaria do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato, no município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, instituição que tem a guarda dos documentos da Escola Estadual do Campo Canoas. Em seguida, realizamos a sistematização e interpretação desses dados que revelaram a quantidade de alunos atendidos por série, ano a ano, na escola. A fim de construir um histórico da escola, utilizamos documentos como Projeto Político Pedagógico (PPP), atas, decretos, entre outros, e também fizemos uso de depoimentos orais, mediante a técnica de entrevistas gravadas, e através da metodologia da história oral[2] com alguns dos sujeitos que fizeram parte da história da comunidade escolar. Para selecionarmos os depoentes, ouvimos os atuais moradores da comunidade, os quais indicaram as pessoas que participavam ativamente do cotidiano da Escola Estadual do Campo Canoas. Com base nas indicações, entramos em contato como as pessoas sugeridas para agendar as entrevistas. Organizamos entrevistas semiestruturadas com questões que buscam compreender o funcionamento/objetivo da escola, se ela estava ou não preocupada com a temática do campo, qual a função social que a escola exercia, como os sujeitos percebiam a escola, como ocorreu o fechamento da instituição e quais impressões esses sujeitos tiveram do processo de fechamento, bem como as consequências do fechamento da escola para a comunidade. Os depoentes autorizaram a publicação de suas falas por meio de carta de sessão[3]. Com o levantamento desses dados, construímos uma análise dialética, levando em consideração os determinantes históricos e buscando evidenciar as contradições presentes no mundo rural. Desse modo, pretendemos explicitar as dimensões das mudanças que aconteceram no contexto educacional, considerando o número de alunos atendidos na escola. E ainda, buscamos compreender a dinâmica do meio rural no período, bem como identificar as razões que fundamentaram/fundamentam o fechamento das escolas estaduais do campo.

**Fechamento de escolas do campo**

Pesquisas desenvolvidas recentemente por estudiosos da temática do campo como, Munarin e Beltrame (2011), Souza (2012), Segranfredo (2014), Ghedini (2015), entre outros, evidenciam as transformações ocorridas no meio rural, as quais produziram mudanças substanciais no modo de vida dos camponeses, bem como, no seu processo de escolarização e organização política, para enfrentar as novas dinâmicas produzidas pelo modo de produção capitalista nas últimas décadas.

Dados levantados pelos movimentos sociais organizados, mostram que entre os anos de 2003 e 2012 foram fechadas 29.459 escolas do campo no Brasil. No Paraná, foram 759 escolas fechadas no mesmo período (Boletim da Articulação Paranaense, 2015). Só no ano de 2014, como noticiado no *site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram mais de 4 mil escolas do campo fechadas no Brasil (MST, 2014). No Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos (NRE-DV), no Sudoeste do Paraná, a situação não foi diferente, visto que, muitas escolas foram fechadas nos últimos anos e várias sentem-se ameaçadas pelo fechamento.

[1] Definimos como relatórios anuais os diários de classes produzidos anualmente para o controle de frequência e notas dos alunos. A partir dos diários fizemos o levantamento anual dos alunos matriculados em cada disciplina anualmente.

[2] Os fundamentos teóricos, metodológicos e técnicos para o uso da história oral, foram encontrados em José Carlos Sebe Bom Meihy, na obra. *Manual de História Oral.*

[3] Devido ao espaço restrito desse tipo de publicação, apenas alguns dos dados foram coletados nas entrevistas, bem como apenas alguns dos depoentes são analisados e citados no texto.

Para demonstrar a realidade da educação rural/campo na região delimitada para o estudo, realizamos o levantamento de dados junto às escolas municipais pertencentes ao NRE-DV entre 1985 e 2014. Para tanto, consultamos os arquivos das secretarias municipais de educação, e em alguns casos, entramos em contato com as escolas, a fim de comprovarmos e colher dados que estavam incompletos. Os dados levantados junto aos sete municípios que compõem o NRE-DV[4] trouxeram números preocupantes para o futuro da educação do campo.

Os dados coletados revelaram que, em 1985, na região que compõem o NRE-DV (na época eram quatro municípios pertencentes ao NRE de Francisco Beltrão) 208 escolas municipais estavam localizadas na zona rural. O mesmo levantamento revelou que, em 2014, existiam apenas 18 escolas na zona rural. Ao confrontarmos os dados, verificamos que houve o fechamento de 190 escolas no período de 30 anos, ou seja, 91,34% das escolas rurais foram desativadas. Quanto ao número de alunos, a realidade não foi diferente. Em 1985 havia 8.778 alunos. Em 2014, esse número caiu para 1.078 alunos, ou seja, houve uma queda de 87,71% no número de matrículas em escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo que em algumas era também ofertada a educação infantil.

Esses dados demonstram a dura realidade enfrentada pelas escolas do campo, que mesmo com a mobilização dos movimentos sociais articulados com a sociedade, que pressionaram/pressionam para a criação de uma legislação que dificulte o fechamento de escolas, não se tem a garantia, na prática, de que escolas do campo não sejam fechadas.[5]

Sobre os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, ofertados em escolas estaduais, os dados comprovam que houve um pequeno aumento dessas escolas, conforme indicado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Número de escolas e alunos da rede estadual (séries finais do ensino fundamental e ensino médio) localizadas da zona rural dos municípios que compõem o NRE Dois Vizinhos (1985 a 2014).**

| Ano | Escolas Rurais | Alunos Rurais |
|---|---|---|
| 1985 | 07 | 688 |
| 1995 | 15 | 1404 |
| 2005 | 16 | 1429 |
| 2014 | 15 | 854 |

**Fonte:** Diários de registros de frequência/Relatórios finais dos respectivos anos. Dados organizados pelos autores.

A difusão sobre as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio que aconteceu até 1995 mostram um aumento significativo, tanto no número de escolas do campo quanto no de matrículas que duplicaram no período de 10 anos. Depois desse período, esses números se mantiveram por mais uma década, e na década seguinte, em 2014, houve um decréscimo no número de matrículas nas escolas da zona rural.

Mesmo com a difusão de escolas estaduais, os dados não são positivos em nenhuma das esferas, pois, nos últimos anos, o número de alunos continua diminuindo. Atualmente, há mais alunos e escolas municipais na zona rural que estaduais. Tal fato revela que diminuiu consideravelmente a quantidade de crianças na zona rural, e o jovem não está mais ficando no campo, está partindo para a cidade em busca de estudo, e na maioria das vezes, não mais retorna, provocando o esvaziamento do campo.

Mesmo com a drástica queda no número de alunos a partir do ano de 2005, as escolas estaduais não foram fechadas. Esse resultado foi fruto da organização social, luta das comunidades e dos sujeitos envolvidos com a comunidade escolar. Neste período, houve então, o fechamento de apenas uma escola estadual no campo, no NRE-DV – a Escola Estadual do Campo Canoas, Ensino Fundamental, localizada no município de Cruzeiro do Iguaçu, cujo fechamento se deu no ano de 2012. Para compreender o que levou ao fechamento dessa escola realizamos uma pesquisa documental e entrevistamos alguns dos sujeitos que vivenciaram o processo.

## O fechamento da Escola Estadual do Campo Canoas – Ensino Fundamental

A Escola Estadual do Campo Canoas – Ensino

[4] Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge d'Oeste.

[5] Conforme matéria publicada no site do MST. "Lançada em 2014, a Lei 12.960 tinha como objetivo mudar as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e um dos pontos previstos era justamente aumentar o grau de exigência para que uma escola fosse fechada, mas na prática não foi o que aconteceu" (MST, 2014).

Fundamental funde sua história juntamente com a história da Escola Rural Municipal Santa Terezinha – Ensino Fundamental, ambas localizadas no mesmo prédio, em dualidade administrativa, até o ano de 2009. Enquanto existiram, essas duas escolas constituíram a base da Comunidade Canoas.

A Escola Estadual do Campo Canoas deu início às suas atividades em 1981. Na época, a escola funcionava como extensão do Colégio Estadual Dois Vizinhos, oferecendo, em 1981, a escolarização de 5ª e 6ª séries para 77 alunos. Nos anos seguintes ampliou a oferta até a 8ª série. Em 1983, foi criada a Escola Estadual Canoas – Ensino de 1º Grau por meio da Resolução 119/83, de 20 de janeiro, com as turmas de 5ª e 6ª séries, porém, a 7ª e a 8ª séries continuaram como extensão do Colégio Estadual Dois Vizinhos. No ano subsequente, a 7ª série foi incorporada à escola, mas a 8ª série continuou como extensão do Colégio Estadual Dois Vizinhos, sendo ofertada somente em 1985.

Foi em 27 de março de 1985, com base na Resolução n. 1316 que se homologou a Autorização de Funcionamento para a 7ª e 8ª séries. Em 1985, a Escola teve o reconhecimento de Curso de 1º Grau Regular por meio da Resolução n. 4135, de 27 de agosto de 1985, e passou a ser independente, contando com diretor da própria instituição, o senhor Luiz Bartnisk. O Quadro 2 mostra a quantidade de alunos e como estavam distribuídos nos primeiros anos de funcionamento da escola.

**Quadro 2 – Número de Alunos na Escola Estadual do Campo Canoas (1981-1985), conforme série do ensino fundamental.**

| Série | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|---|---|---|---|---|
| 5ª | 51E[6] | 50E | 37 | 42 | 40 |
| 6ª | 26E | 19E | 29 | 19 | 22 |
| 7ª | --- | 14E | 17E | 14 | 20 |
| 8ª | --- | --- | 17E | 15E | 15 |
| Total | 77 | 83 | 100 | 90 | 97 |

**Fonte:** Diários de registros de frequência/Relatórios finais dos respectivos anos.

Nesse período, havia uma procura significativa pelas séries finais do 1º grau, até porque essa era a única escola nas proximidades que oferecia esse nível de ensino. Porém, o desafio era fazer com que os alunos permanecessem na escola para concluir o 1º grau. Outro desafio para manter a escola era o deslocamento dos professores que residiam na sede do município de Dois Vizinhos, como nos conta o primeiro diretor:

> Um dos maiores desafios da escola era quanto ao deslocamento dos professores e dos alunos até à escola. Não havia transporte público para os alunos, e nem para os professores. Cada um teria que se virar da melhor forma possível, e as estradas na época eram péssimas. Na época, residia com minha família na comunidade de Santa Cruz (Toca da Onça), no período de 1979 a 1981. A partir de 1982, mudei-me para a cidade de Dois Vizinhos para que pudesse transportar os professores até a Escola do Canoas (Luiz Bartninsk, 2014).

Conforme indicado, não havia oferta de transporte escolar nesta época. O diretor era quem organizava o transporte dos professores, tendo em vista que, não havia professores vinculados ao estado que residissem nesta comunidade. A mudança do diretor para à cidade garantiu que os professores tivessem transporte até o trabalho, o que fez com que a escola funcionasse com professores específicos de cada área. Já os alunos, por sua vez, tinham de se organizar sozinhos para chegar até à escola.

Nessa época, em meados da década de 1980, não havia as Diretrizes Curriculares do Campo, nem Cadernos Temáticos que pudessem subsidiar a prática docente. Era seguido o currículo básico, independente de onde a escola estava localizada, e a metodologia não considerava o ambiente em que a escola estava inserida.

De acordo com Ghedini (2015. p. 98), a escola rural desenvolvia uma educação baseada nos moldes urbanos que:

> [...] apresentava conteúdo e forma. Normalmente tinham uma intencionalidade e desenraizava os sujeitos das sínteses sociais que os constituiu em tempos e lugares determinados pela experiência e cultura. Prestava-se também a produzi-los artificialmente, apenas como mão de obra preparada para projetos de interesse dos grupos que controlam a perspectiva dos negócios e da produção nas diferentes fases do capital.

[6] A letra E foi utilizada para indicar as turmas que eram extensões do Colégio Estadual Dois Vizinhos.

Apesar das dificuldades com o transporte, materiais didáticos e com recursos financeiros, a escola funcionava e ia se consolidando. O Quadro 3, a seguir, mostra a quantidade de alunos atendidos pela escola entre 1986 e 1992:

**Quadro 3 – Número de Alunos pela Escola Estadual do Campo Canoas (1986-1992), de acordo com a série.**

| Série | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5ª | 38 | 39 | 49 | 48 | 48 | 45 | 31 |
| 6ª | 22 | 27 | 27 | 34 | 28 | 36 | 36 |
| 7ª | 16 | 17 | 28 | 27 | 31 | 15 | 27 |
| 8ª | 14 | 10 | 13 | 23 | 22 | 18 | 12 |
| Total | 90 | 93 | 117 | 132 | 129 | 114 | 106 |

**Fonte:** Diários de registros de frequência/Relatórios finais dos respectivos anos.

Merece destaque o elevado número de alunos matriculados na quinta série de todos os anos, mas que não se mantinha na série seguinte, demonstrando a evasão e repetência na época. Para os dias atuais, os dados são alarmantes, porém, para a época, estavam nas médias dos pais. Até 1992, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu eram distritos do município de Dois Vizinhos. A partir 1993, esses municípios tiveram sua emancipação política e administrativa.

A escola ficava, geograficamente, na fronteira desses três municípios, assim, os alunos que frequentavam a Escola Estadual do Campo Canoas vinham de várias comunidades próximas, independente do município a que pertenciam. Todavia, essa localização geográfica, posteriormente, foi um fator relevante para o fechamento da Escola. Com a vinculação da distribuição de recursos pelo número de alunos, cada município passou a se preocupar com o transporte escolar dos alunos de seu território, procurando mantê-los em escolas dentro de sua jurisdição.

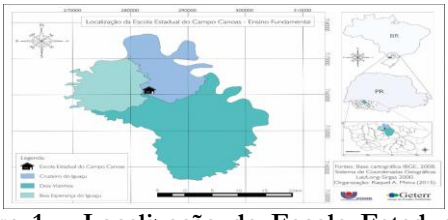

**Figura 1 – Localização da Escola Estadual do Campo Canoas**
**Fonte:** Schmitz, 2015

Com a emancipação dos distritos de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, do município de Dois Vizinhos, a partir de 1993, houve um decréscimo nas matrículas da escola, porém, ainda era um número expressivo, como podemos ver no Quadro 4.

**Quadro 4 – Número de alunos da Escola Estadual do Campo Canoas (1993-2009), conforme série**

| Série | 1993 | 1995 | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5ª | 44 | 16 | 37 | 17 | 22 | 14 | 10 | 15 |
| 6ª | 23 | 15 | 25 | 15 | 19 | 20 | 15 | 13 |
| 7ª | 15 | 15 | 15 | 15 | 9 | 21 | 14 | 16 |
| 8ª | 15 | 14 | 16 | 17 | 9 | 12 | 16 | 14 |
| Total | 97 | 60 | 93 | 64 | 59 | 67 | 55 | 58 |

**Fonte:** Diários de registros de frequência/Relatórios finais dos respectivos anos.

A partir de 1999, evidencia-se uma redução significativa das matrículas nessa escola. Como explicar essa expressiva redução do número de alunos? Um fator que influenciou nesta respectiva redução foi a reconfiguração das famílias, que passaram a ter menos filhos. Outro fator diz respeito à expansão do agronegócio e à produção nos moldes capitalistas, fazendo com que muitas famílias passassem a produzir grãos (principalmente milho e soja), utilizando implementos agrícolas como: tratores, colheitadeiras, e bem como o uso de fertilizantes e agrotóxicos. As transformações na maneira de produzir reduziram a necessidade de mão de obra para o trabalho no campo, obrigando muitas famílias, com pequenas porções de terras, a abandonarem o campo, vendendo suas propriedades para outros produtores, ou a se dedicar a produção de frango ou de leite. Como a demanda diminuiu, os jovens não viam outra saída a não ser deixar o campo e procurar outras oportunidades na cidade. Essas transformações provocaram impactos direto na vida escolar dos camponeses.

Ainda em 1999, foi registrada em uma Ata da escola a preocupação com a queda do número de alunos e a necessidade de se organizar o transporte escolar para que os alunos de comunidades próximas, mesmo que não pertencessem ao município de Cruzeiro do Iguaçu, frequentassem a Escola Estadual Canoas:

> Aos quatorze dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se nas dependências da Escola Estadual Canoas, alguns professores, a diretora Nilva Witeck, a secretária de educação Maria de Lourdes, o administrador Roverson Piva e o vice-prefeito Paulo Capellesso, para

> deliberarem sobre o transporte para o ano 2000 para trazerem alunos à Escola do Canoas, para a mesma não fechar, porque com esse número de alunos a mesma poderá ser fechada. Ficou decidido que irão se reunir a diretora dessa escola, a secretária de educação de Cruzeiro do Iguaçu, juntamente com a secretária de educação de Boa Esperança do Iguaçu para conversarem que decidirem em uma reunião como ficaria [...] (Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. Ata 04/99, livro 1, p. 6).

Apesar da tentativa, o número de alunos não aumentou, e a ameaça de fechamento da escola tornou-se constante. Em reunião, no ano seguinte, os representantes do NRE-DV reforçaram a instabilidade da escola e o risco de seu fechamento, tendo em vista a pequena quantidade de alunos que atendia, como evidenciado pela transcrição da ata:

> Aos vinte e sete dias do mês de junho ano de dois mil reuniram-se nas dependências da Escola Estadual Canoas membros da APM, pais de alunos, o quadro de professores, funcionários, secretaria municipal de educação, juntamente com representantes do Núcleo Regional de Educação. O representante do Núcleo Regional iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos e leu uma mensagem sobre amizade. Em seguida professora Janilse pediu para seus professores juntamente com os funcionários e membros da APM e conselho escolar se apresentassem. Foi falado da preocupação da escola como baixo número de alunos, foi lido o relatório que se não houver um total de 50 alunos seria dispensado o cargo da direção, onde é a mesma volta a atuar em sala de aula. Onde a professora Janilse leu o oficio que nomeou o professor Leonir como coordenador atuando apenas com cinco horas de trabalho [...] (Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. Ata 04/2000, livro 1, p. 8).

Na Ata fica evidente que se a escola não atingisse um mínimo de 50 alunos, o cargo de direção seria dispensado. Isso pode ser entendido como uma forma de pressionar os membros da escola para buscarem mais alunos, mas mesmo com esta 'pressão' o número de alunos se manteve. Como podemos observar no quadro anterior, não houve um aumento de alunos, o número de matrículas oscilou quase sempre entre 50 e 60 alunos.

Em 2010, a escola municipal que compartilhava o mesmo prédio foi fechada, não tendo atividades a partir daquele ano. Tal fato provocou uma queda ainda maior no número de matrículas, principalmente devido a baixa quantidade de alunos que ingressava na quinta série.

**Quadro 5 – Número de Alunos Ano/série Escola Estadual do Campo Canoas (2010 – 2012)**

| Série/Ano | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|
| 5ª | 8 | 7 | - - - |
| 6ª série / 7º ano[7] | 8 | 7 | 10 |
| 7ª série / 8º ano | 11 | 7 | 7 |
| 8ª série / 9º ano | 12 | 10 | 5 |
| Total | 39 | 31 | 22 |

**Fonte:** Diários de registros de frequência/Relatórios finais dos respectivos anos.

A professora Nilva, que lecionava com a disciplina de matemática e também tinha sido diretora da escola, justificou:

> O principal baque que houve, que amarrou nossos pés e mãos, foi quando fechou de 1ª à 4ª série. Então quando eles trouxeram todos para cá[8], já começou os maiores ir junto com os pequenos, porque tinha que cuidar dos pequenos. Daí começou vim mais. Então em vez de nós tentarmos levar mais alunos para lá para segurar em nossa escola, foi trazendo mais alunos para cá (Nilva Sotoriva Witeck, 2014).

No ano de 2011, como forma de resistência, a Escola começou a pensar na possibilidade de se tornar, oficialmente, uma escola do campo, tendo em vista que, mesmo estando localizada na zona rural e tendo como alunos sujeitos do campo, a adoção da nomenclatura e a mudança no projeto educativo dariam condições para que o número de alunos fosse entendido de outro modo, ou seja, não seria condicionante para definir o fechamento ou não de uma escola. Durante o ano, reuniões aconteceram e a ideia foi se difundindo, como registrado na Ata

[7] A partir do ano de 2012, as séries finais do ensino fundamental passaram a adotar a nomenclatura de ano em conformidade com a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos.

[8] A professora é residente na sede do município e a entrevista aconteceu em sua casa.

01/2011, de 25 de fevereiro e na Ata 02/2011, de 24 de março, que contaram com representantes do NRE-DV, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). Assim, com base no Parecer CEE/CEB n. 1011/10, a escola entrou com o processo de adoção da nomenclatura "do Campo"[9], sendo aprovado pela Resolução nº 6010, de 21/12/2011. A partir de então, passou a organizar suas atividades também de forma diferenciada, como evidencia o relato da professora de arte Ana Maria Stavisk Reffatti Apolinário:

> Até quando eu entrei lá, eu até lembro que foram mudadas algumas leis, eu tive que fazer alguns trabalhos de arte também, para escrever alguns projetos de arte para entrar como escola do campo, desde o planejamento. Eu vi que alguns pais se interessavam, mas, às vezes a escola pensava muito em projetos e não os colocava em prática, como horta e outros projetos, eram muito feitos no papel. Tinha muita coisa boa escrita, mas não era colocado em prática (2014).

Como dito pela professora, os projetos eram escritos para que se cumprisse a parte burocrática, e para que a escola fosse reconhecida como uma escola do campo, porém, na prática, nem sempre eles eram realizados, até porque é possível que alguns projetos demandassem tempo, porém, não foram executados, pois a escola foi fechada antes mesmo de poderem executá-los.

Ainda no ano de 2011, foi feito um esforço por parte da Escola Estadual Canoas para que fosse reaberta a Escola Rural Municipal Santa Terezinha, que funcionava no mesmo prédio e que foi fechada em 2010. A comunidade escolar organizou uma comissão para conversar com o prefeito e solicitar a reabertura da escola municipal, desse modo, se garantiria que os alunos das séries iniciais continuassem seus estudos na escola estadual. A reunião foi registrada na Ata nº 03/2011, e mostra que, na ocasião, o prefeito não pôde se fazer presente, e a secretária de educação, que o representava, elencou vários motivos para que não fosse reaberta a escola municipal, como, baixo número de alunos, custo com transporte, falta de professores concursados, atendimento de alunos que não eram do município de Cruzeiro do Iguaçu, mas indicou que a decisão final era do prefeito (Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. Ata 04/ 2011, livro 1, p.3;4;5). Ao ler a ata da reunião e as entrevistas feitas percebemos que os ânimos estavam exaltados e não foi possível negociar e nem chegar ao objetivo da comunidade.

Outra reunião aconteceu nas dependências do NRE – DV, no dia 25 de outubro, da qual participaram dois vereadores do município de Cruzeiro do Iguaçu, secretária de educação do mesmo município, o chefe do NRE – DV, direção, equipe pedagógica, professores e pais de alunos da escola Estadual Canoas. Mais uma vez ficou evidente a dificuldade de diálogo na reunião que aconteceu na prefeitura, conforme evidenciou o professor Nivaldo, chefe do NRE "fomos mal recebidos, não tivemos acordos e nem pontos positivos". Mais uma vez a secretária de educação enfatizou os pontos para o fechamento e a não reabertura da escola municipal. Os vereadores se comprometeram em negociar com o prefeito para que a escola municipal fosse reaberta (Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. Ata 05/ 2011, livro 1, p. 5-6).

No ano de 2012, não foi aberto o 6º ano na escola, devido ao baixo número de matrículas. E este acabou sendo o último ano de funcionamento da escola. Funcionando as turmas de 7º, 8º e 9º anos. Para o ano letivo de 2013, os alunos que seriam matriculados no 8º ano e no 9º ano, foram remanejados de escola, já que o fechamento foi total e não puderam concluir o ensino fundamental na Escola Estadual do Campo Canoas.

Em 31 de dezembro de 2012, a então diretora da escola, a senhora Neiva Felissetti Zanolla, requereu a cessação definitiva ao secretário de educação do Paraná, o senhor Flavio Arns, alegando falta de demanda. Com isso, no ano de 2013, não houve aulas naquela escola. Em 08 de janeiro de 2013, a diretora escreveu uma justificativa ao secretário de

[9] O Parecer CEE/CEB nº1011/10 trata sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo, onde se entende a Escola do Campo de acordo com as questões inerentes à sua realidade, respeitando a cultura, identidade, relações socioambientais, organizações políticas entre outras manifestações que cercam a comunidade escolar.

educação Flávio Arns sobre a cessação da Escola Estadual do Campo Canoas, de acordo com o documento, a escola encerrou suas atividades "por falta de demanda, impulsionada pela baixa adesão às matrículas" e essa foi uma consequência do fechamento da Escola Rural Municipal Santa Terezinha.

Após o Laudo técnico e todos os trâmites legais que ocorreram durante o ano de 2013, foi somente em 06/02/2014 que saiu o Parecer 99/14 – CEF/SEED sobre a Cessação Definitiva e Extinção da Instituição. Com este documento foi encerrado o funcionamento de uma escola localizada na zona rural de Cruzeiro do Iguaçu, a Escola Estadual do Campo Canoas.

O fechamento da escola deixou uma grande estrutura física preparada para o ensino, e está quase que abandonada na comunidade Canoas. Conforme relatos de moradores, apenas duas salas são utilizadas para à catequese, e outra pelo clube de mães da comunidade, que se reúne uma vez por semana e utilizam a cozinha e o saguão. A quadra de esportes é utilizada para recreação pela comunidade. Segue uma imagem de parte da estrutura física da escola fechada em 31 de dezembro de 2013.

**Imagem 1 – Fachada da Escola Estadual do Campo Canoas.**
**Fonte:** Arquivo pessoal dos autores. Foto de 01/11/2015.

Observamos que o fechamento dessa escola, baseado majoritariamente na quantidade de alunos atendidos e no custo que esses alunos representavam em comparação com o custo por aluno das escolas urbanas, não levou em consideração a identidade da escola e as questões inerentes à sua realidade. Tão pouco levou em conta a memória coletiva, a cultura e o sentimento de pertencimento a um local que estava sendo fortalecido no espaço escolar. E essa tem sido a realidade encontrada no cenário nacional, no qual os argumentos econômicos se sobressaem aos fatores pedagógicos e culturais.

**Considerações finais**

Historicamente se naturalizou que a zona rural é um local de atraso, onde a escolarização não é importante. Atualmente, isso é percebido pela quantidade de escolas que estão sendo fechadas. Fechar uma escola localizada na zona rural é como fechar a porta de um quarto, parece algo tão simples. Os estudos realizados na região Sudoeste do Paraná mostram o descaso para com as escolas de pequeno porte, sejam elas mantidas pelos municípios ou pelo Estado. As que se mantém operam mediante resistência, não funcionam como uma escola regular. Enfrentam, além dos desafios cotidianos, o medo do fechamento. A incerteza e a insegurança são sentimentos presentes em boa parte das escolas que resistem.

Os argumentos para o fechamento das escolas localizadas na zona rural são quase sempre os mesmos: poucos alunos sendo atendidos e isso torna o custo por aluno alto demais, fica inviável manter a escola; é preciso remover esses alunos e colocá-los em uma escola maior. E ainda, se justifica dizendo que tudo isso será melhor para os educandos, já que terão acesso a uma infraestrutura de maior e melhor qualidade, e desse modo, poderão aprender mais, sem se levar em conta os aspectos culturais e sociais presentes nessa mudança.

Pelas questões levantadas é que se justifica a necessidade da articulação das comunidades que vivem no campo com os movimentos sociais e com a sociedade civil em geral. A realidade atual mantém atual a proposição feita por Kolling, Nery e Molina (1999, p. 78-91):

> Preparar as crianças do campo para o desenvolvimento de suas potencialidades desde os primeiros anos de vida; exigir dos responsáveis que: todas as escolas do campo tenham infraestrutura adequada [...]; lutar pela manutenção, qualificação e ampliação das escolas existentes, e pela implantação de programas combinados de produção e formação profissional, desenvolvidos na perspectiva do projeto popular de desenvolvimento do campo; lutar pela criação de escolas regionais que envolvam a combinação entre escolarização e formação profissional para a atuação no campo; insistir para que as universidades públicas criem cursos de nível superior em cada estado com currículo adequado à educação básica do campo; propiciar às escolas do campo coordenadores que de fato conheçam e se comprometam com a realidade do campo;

> lutar para que aconteçam programas continuados, amplos e massivos de educação de jovens e adultos, reconhecidos e financiados pelo MEC; regularizar as Escolas Itinerantes em todos os acampamentos dos Sem Terra e sem teto; exigir a garantia de formação universitária dos educadores e das educadoras do campo; aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade do povo do campo, como: tempos, ciclos da natureza, festas populares, amor a terra, valorização do trabalho na sua dimensão educativa, respeitando as diferenças locais e regionais; levar em conta as propostas pedagógicas que vem sendo elaboradas pela articulação dos educadores e das educadoras indígenas; garantir a autonomia das escolas quanto à escolha de assessorias, professores e materiais didáticos.

É preciso debater e se mobilizar para que os direitos conquistados se efetivem, como as leis que garantem o acesso à educação perto de casa, a consulta à comunidade antes do fechamento da escola. O que não pode mais acontecer é a negação do direito ao povo do campo de estudar em uma escola de qualidade e próxima de sua casa. É preciso conceber a educação do campo com suas especificidades e procurar alternativas para que elas continuem ativas e com qualidade junto aos trabalhadores do campo.

**Referências**

Apolinário, A. M. S. R. (2014). *Entrevista concedida no dia* 28 de dezembro de 2014.

Bartnisk, L. (2015). *Entrevista concedida no* dia 18 de janeiro de 2015.

Articulação Paranaense. (2015). Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo nº 1, julho de 2015.

Brasil (2006). Lei nº 11.276/06, de 06 de fevereiro de 2006. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.* Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/2006, Página 3. Recuperado em 12 janeiro, 2017, de http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11274-6-fevereiro-2006-540875-publicacaooriginal-42341-pl.html

Brasil (2014). Lei nº 12.960/2014, de 27 de março de 2014. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.* Brasília, 2014. Recuperado em 12 janeiro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm

Caldart, R. S. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (1999). Cruzeiro do Iguaçu. *Ata nº 04/99*, 14 de outubro de 1999. Livro: Assuntos Gerais. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2000). *Ata 04/2000*, 27 de julho de 2000. Livro: Assuntos Gerais. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2011). *Ata 01/2011*, 25 de fevereiro de 2011. Livro Ata Reunião de Pais. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2011). *Ata 02/2011*, 24 de março de 2011. Livro reunião de pais. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2011). *Ata 04/2011*, 21 de outubro de 2011. Livro assuntos gerais. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2011). *Ata 05/2011*, 25 de outubro de 2011. Livro assuntos gerais. Cruzeiro do Iguaçu.

Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2012). *Requerimento de Cessação para Funcionamento*, de 31 de dezembro de 2012. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Escola Estadual Canoas – Ensino Fundamental. (2013). *Justificativa de Cessação*, de 08 de janeiro de 2013. Cruzeiro do Iguaçu. Arquivo do Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

Ghedini, C. M. (2015). *A produção da educação do campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização.* Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Kolling, E. J., Néry, I. J., & Molina, M. C. (Org.). (1999). *Por uma educação básica do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral.* (5a ed.). São Paulo: Loyola.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2014). *Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014*. Recuperado em 12 janeiro, 2017, de http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html.

Munarin, A., Beltrame, S. A. B., Conde, S. F., & Peixer, Z. I. (Orgs.). (2011). *Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas.* Florianópolis: Insular.

Paraná, Conselho Estadual de Educação/ Câmara da Educação Básica. (2010) *Parecer nº 1011/10*, de 06 de outubro de 2010. Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo. Curitiba.

Paraná, Secretaria de Estado da Educação. (1983). *Resolução 119/83***,** 20 de janeiro de 1983. Cria a Escola Estadual Canoas – Ensino de 1º Grau.

Paraná, Secretaria de Estado da Educação. (1985). *Resolução 1316/85***,** 27 de março de 1985. Autoriza o Funcionamento para 7ª e 8ª séries da Escola Estadual Canoas – Ensino de 1º Grau.

Paraná, Secretaria de Estado da Educação. (1985). *Resolução 4135/85***,** 27 de agosto de 1985. Reconhece o Curso de 1º Grau Regular da Escola Estadual Canoas – Ensino de 1º Grau.

Paraná, Secretaria de Estado da Educação. (2011). *Resolução 6010/11***,** 21 de dezembro de 2011. Adoção de nomenclatura "do campo".

Paraná, Secretaria de Estado da Educação. (2014). *Parecer 99/14* – CEF/SEED Cessação de Instituição de Ensino. 06 de fevereiro de 2014.

Schmitz, Micheli Tassiana. (2015). *Análise histórica do fechamento das escolas localizadas no campo nos municípios que compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: o caso das escolas da Comunidade Canoas – município de Cruzeiro do Iguaçu – 1980 – 2014*. Francisco Beltrão.

Seganfredo, K. A. (2014). *Comitê estadual da educação do campo: a materialização da luta política no âmbito da educação do campo do Paraná.* Tese de doutorado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Souza, M. A. (2012). Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. *Revista Educação e Sociedade, 33*(120), 745-763. Recuperado em 24 dezembro, 2016, de http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf.

Witeck, N. F. S. (2014). *Entrevista concedida no dia* 09 de dezembro de 2014.

*Recebido em: 13/06/2016*
*Aceito em: 16/09/2016*